



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

PARECER DA COMISSÃO

PARECER Nº /2023

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 106/2023
QUE “INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE
ATENÇÃO A SAÚDE, DIAGNÓSTICO E
TRATAMENTO ÀS PESSOAS COM DOENÇAS
RARAS NO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

I - Relatório:

Foi encaminhado para análise e parecer desta comissão, nos termos do regimento interno deste Legislativo municipal a presente proposição.

O Projeto de Lei nº 106/2023 veio devidamente acompanhado de sua justificativa, juntamente com parecer prévio da procuradoria especializada desta casa.

II – Voto do Relator:

O Projeto de Lei em pauta foi encaminhado a este relator para análise e parecer. Este Projeto de Lei visa instituir a política municipal de atenção a saúde, diagnóstico e tratamento de pessoas que possuem doenças raras em nossa cidade.

As doenças raras afetam um número limitado de indivíduos, mas sua complexidade e gravidade podem resultar em grande impacto na qualidade de vida dos afetados e de suas famílias. Reconhecendo a necessidade de atenção especializada e cuidados abrangentes para pessoas com doenças raras em nossa cidade, fora proposta a criação da Política Municipal de Atenção à Saúde, Diagnóstico e Tratamento de Doenças Raras.

Na justificativa, o nobre Vereador Ze do Bode esclareceu que a falta de investimento em conhecimento médico e científico deixa sem resposta em torno de 6% a 8% da população brasileira, com sintomas, de doenças crônicas, progressivas, degenerativas, e podem levar à morte, sendo 80% delas de origem genética, outras se desenvolvem como infecções bacterianas ou virais, alergias, ou tem causas degenerativas.

Após uma análise minuciosa deste projeto, a procuradoria especializada em assessoria jurídica legislativa emitiu parecer favorável quanto à sua constitucionalidade e



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

legalidade. Recomendou, portanto, que o processo legislativo siga adiante conforme o rito regimental.

Diante do exposto, recomenda-se a aprovação do Projeto de Lei nº 106/2023.

É o parecer do relator.

Sala das Comissões, em _____ de _____ de 2023.

Relator(a)



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

III - PARECER DA COMISSÃO

A **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, ante o exposto, opina pela **APROVAÇÃO** do projeto de Lei nº 106/2023.

Sala das Comissões, ____ de _____ de 2023.

Elias Ferreira de Almeida Filho

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Raianny Rodrigues de Sousa

Membro da CCJR

Elvis Silva Cruz (Ze do Bode)

Membro da CCJR